



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMORA

MOÇÃO

Salvar as MPME, é o primeiro passo para a retoma económica de que a Freguesia de Amora precisa

O surto pandémico que atinge o País e o Mundo, veio expor de forma brutal as fragilidades e problemas do tecido empresarial português. Nestes últimos meses, uma ampla camada de MPME ficou sem qualquer fonte de rendimento face à suspensão das suas atividades, ao encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenhavam, ou ainda pela significativa procura reduzida e/ou pelo desaparecimento de clientes.

O Governo avançou com algumas medidas de apoio aos MPME face aos impactos deste surto epidémico, mas que são claramente insuficientes e diminutas. O mais grave é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio, cujas condições alegadas ainda em fase de resolução ou por resolver perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, não obstante a situação de milhares de sócios gerentes que ficaram de fora dos critérios definidos pelo Governo, ou na exclusão do programa ADAPTAR de empresas em regime de contabilidade simplificada.

O principal instrumento do Governo para o apoio às empresas foi o regime de Lay-off simplificado, que visa servir as grandes empresas em centenas de milhões de euros e deixar cair as pequenas. Ou seja, mais de metade destas grandes empresas tiveram um acréscimo significativo de lucros nos últimos anos e foram apoiadas. Nas micro-empresas, apenas uma classe residual, 7.4 %, obteve acesso e nas que são também sociedades empresariais, nas micro empresas apenas 25 % acederam a este apoio. O mesmo aconteceu com os 850 milhões de euros que foram para o poço sem fundo do Novo Banco (ex BES) e que tanta falta faziam ao País.

Os recursos do País não podem ser usados para defender os lucros e privilégios dos grandes grupos económicos, mas sim para proteger rendimentos dos trabalhadores, dos reformados, assim como também dos milhares de MPME, cuja atividade será fundamental para a recuperação e desenvolvimento do País.

Salvar milhares de MPME, é o primeiro passo para a retoma económica do País e da nossa Freguesia de Amora , é urgente dar resposta à grave situação das microempresas de natureza familiar e empresários em nome individual ou trabalhadores por conta própria, muitas com situações informais, vivendo de vários trabalhos parciais à comissão, desde a restauração ao comércio local, da construção civil à reparação automóvel, dos ginásios aos cabeleireiros entre tantas outras a enumerar.

Par além do rendimentos destas MPME, estão em causa também centenas de milhares de postos de trabalho que são assegurados por estas atividades, sendo porventura mais elevados os custos sociais e económicos que levaram à sua falência.

Para a CDU exigem-se respostas, que visam o levantamento de todas as restrições colocadas às MPME no acesso aos apoios já decididos, a consagração do apoio financeiro aos sócio-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes, a atribuição de um apoio mensal à tesouraria destas empresas, a concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortizações dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da Banca privada, a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis e apoio ao rendimento não habitacional, entre outras medidas.

Todas estas medidas não podem ficar sem resposta, continuando na estagnação e na burocratização para apoiar os grandes grupos económicos, que se preparam para levar à falência e à pobreza milhares de micro, pequenas e médias empresas.

Responder agora e sem demoras aos seus problemas, é responder a uma parte significativa do tecido económico que será fundamental para a retoma económica do País e da nossa Freguesia de Amora. Apoiar as MPME, é defender a economia nacional.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Amora, exige do Governo que se adote medidas urgentes no sentido de:

- levantar todas as restrições colocadas às MPME no acesso aos apoios já decididos (Lay-off simplificado, programa ADAPTAR, etc);**
- consagrar o apoio aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes;**
- atribuir um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de 438.81 €;**

- **suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC e a devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do extinto pagamento Especial por Conta – PEC;**
- **conceder empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da Banca privada;**
- **reduzir o preço da eletricidade e dos combustíveis;**
- **apoiar o arrendamento não habitacional refletindo na renda paga pelas MPME e quebra da atividade que foi verificada;**
- **criar uma rede de contacto e apoio do Estado às MPME, visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio.**

Amora, 30 de Junho de 2020

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Amora



(Dr. Pedro Manuel da Silva Mogário)

- **Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária (CDU)**
- **Aprovada com dez (10) votos a favor (CDU e BE), oito (8) votos contra (PS) e três (3) abstenções (PSD).**